

PROJETO DE LEI Nº 72, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

“Altera a Lei Ordinária nº 3.973, de 28 de setembro de 2018, que dispõe sobre a instalação de estações transmissoras de radiocomunicação no Município de Pires do Rio, e dá outras providências.”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, ESTADO DE GOIÁS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Os artigos 4º, 5º e 7º da Lei Ordinária nº 3.973, de 28 de setembro de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. O ponto de emissão de radiação da antena transmissora deverá estar a, no mínimo, 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de distância da divisa do imóvel onde estiver instalada, bem como dos imóveis confinantes.

Parágrafo único: [...].

Art. 5º. A base de qualquer torre de sustentação de antena transmissora deverá estar a, no mínimo, 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) de distância das divisas do lote onde estiver instalada, observadas as disposições do artigo anterior.

Art. 7º. O projeto de instalação do equipamento de que trata esta lei, antes de aprovado pelos órgãos públicos competentes deverá conter o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, de que trata a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

§ 1º - revogado.

§ 2º - revogado.

§ 3º - revogado.

§ 4º - revogado.

§ 5º - revogado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, *Plenário*
Vereador Libório Silva Neto, EM 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Vereadora **ANA CLÁUDIA SAÊTA**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade adequar a legislação municipal que regula a instalação de antenas transmissoras e torres de radiocomunicação, de modo a estabelecer parâmetros técnicos e urbanísticos mais proporcionais à realidade local, sem comprometer a segurança das edificações vizinhas e a proteção da população.

A Lei Ordinária nº 3.973/2018, atualmente em vigor, estabelece distanciamentos que, na prática, têm se mostrado excessivos e de difícil observância, sobretudo em áreas urbanas consolidadas, inviabilizando a instalação de estruturas de pequeno porte destinadas à melhoria da cobertura de sinal de telefonia móvel e internet.

A proposta busca, portanto, conciliar o interesse público na ampliação do acesso a serviços de telecomunicação — indispensáveis à comunicação, ao desenvolvimento econômico e à inclusão digital — com o dever do Município de garantir segurança estrutural e respeito aos limites de propriedade.

Ao fixar o distanciamento mínimo de 1,5 metro, o projeto mantém um padrão técnico seguro, em conformidade com recomendações da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e com legislações de diversos municípios brasileiros, sem afastar a competência municipal para o licenciamento e fiscalização dessas estruturas.

Dessa forma, o presente Projeto de Lei visa atualizar e modernizar a legislação local, harmonizando-a com a realidade tecnológica e urbanística atual, além de promover a eficiência e o interesse público, razão pela qual conta com o apoio e a aprovação dos nobres pares desta Casa Legislativa.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, *Plenário*
Vereador Libório Silva Neto, EM 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Vereadora **ANA CLÁUDIA SAÊTA**